

Constituinte assusta empresário e não define modelo

Ao final de sete meses de trabalhos da Constituinte, os empresários brasileiros, de diversas áreas, não conseguem explicar que modelo econômico está sendo definido pelos 559 redatores de Nova Constituição, mas declaram-se entre "decepcionados" e "alarmados" com o anteprojeto preparado pelo relator Bernardo Cabral.

"A propriedade rural produtiva não está resguardada", preocupa-se Flavio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira. "A Constituição vai estabelecer um cordão sanitário em torno das empresas estrangeiras de informática", critica o executivo de uma multinacional, que tem um bom argumento para provar que só o Brasil é prejudicado com isto: no ano passado as empresas americanas investiram 10 bilhões de dólares em capacitação tecnológica. Quase nada desse desenvolvimento chegará ao Brasil. "Esta é uma receita para quem quer ficar à margem do progresso", alerta o executivo.

Além de consagrar na Constituição o princípio da reserva de mercado, o projeto do deputado Cabral contém outras determinações difíceis

de compreender, como por exemplo a que proíbe os contratos de risco para a exploração de petróleo. "As empresas multinacionais investiram 1,5 bilhão de dólares nos contratos de risco e nada levaram de volta", informa um dirigente da Petrobrás, concluindo que esta conta mostra que os contratos foram na verdade desfavoráveis para as empresas e não para o país.

Dois segmentos da atividade empresarial não têm motivos de queixa: os bancos e os donos de ônibus de transportes urbanos. Depois da intensa discussão que provocou o relatório do deputado Fernando Gasparian sobre o sistema financeiro, a Constituinte decidiu nada decidir sobre o assunto: as normas para o setor serão estabelecidas por um Código Financeiro Nacional. As empresas de ônibus foram surpreendentemente isentas do pagamento do Imposto Sobre Serviços que recolhem atualmente, no caso mais flagrante do exagero do detalhismo do projeto Constitucional.

Atentos a detalhes desse tipo que podem favorecer ou inviabilizar a própria empresa, os empresários

têm passado os últimos sete meses com um olho na Constituinte e outro na produção. Mas não o suficiente para perceber todos os riscos. O deputado Cesar Maia lembra um: as contribuições de seguridade que antes eram pagas pelos empregadores em um percentual sobre a folha de pagamentos agora foi ampliada. Estabelece o artigo 259 que eles devem recolher sobre "a folha de salários, faturamento e sobre o lucro".

Numa demonstração da distância entre os propósitos da Constituinte e o Brasil imaginado pelo setor empresarial, uma pesquisa feita em São Paulo entre 95 empresários concluiu que a maioria é presidencialista, acha o capital estrangeiro "bem-vindo e indispensável" e condena a reserva de mercado. Diante do quadro confuso da Constituinte, o empresário Murilo Mendes, quarto maior empregador do país, se preocupa: "Uma Constituição boa pode não resolver nossos problemas, mas um texto ruim atrapalha um bocado."

Pesquisa indica as preferências

SÃO PAULO — Um olho na empresa e outro na constituinte. Assim tem sido o dia-a-dia dos empresários, preocupados com a indefinição econômica e a falta de estrutura política no país. *Lobby* à parte, porém, não há dúvida de que o empresariado representa, atualmente, uma classe social com uma ideologia bastante definida e coesa, principalmente em torno da batalha da Constituinte.

O pensamento da classe empresarial brasileira é revelado, numa pesquisa inédita no país, realizada pela Fenix Engenharia de

Sistemas e Pesquisa de Mercado, em que foram ouvidos 95 empresários, representantes de 12 importantes setores da economia, como indústria pesada (25%), química (22%), instituições bancárias (12%) e abastecimento (10%).

Segundo a pesquisa da Fenix, o presidencialismo é, disparado, o regime de governo preferido por 60% dos empresários ouvidos. Desse, 28% lembram a tradição histórica brasileira, de ser avessa a mudanças, e também o fato de o parlamentarismo requerer maturidade política.

Outro consenso empresarial é quanto ao investimento estrangeiro. Dos entrevistados, 70,5% consideram o capital estrangeiro bem-vindo e indispensável para o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico. Sete por cento dos empresários, no entanto, lembram que a instabilidade

econômica brasileira tem sido a responsável pela desmotivação do investimento de capital estrangeiro no país.

Quanto à reserva de mercado, apenas 7% dos entrevistados a consideram uma medida justa. O restante é totalmente contrário ou favorável com ressalvas. A reserva de mercado, para 43% dos empresários ouvidos, é boa a médio prazo, tornando-se desnecessária quando barrar um avanço tecnológico.

Os empresários (38%) consideram os investimentos produtivos os mais atraentes e prioritários, mas ressaltam não existir, atualmente, nem disposição nem confiança nesse sentido. Eles responsabilizam a falta de credibilidade na política econômica e a constante mudança nas regras do jogo como os fatores responsáveis por essa realidade.

Empresários reforçam lobby

SÃO PAULO — Os empresários brasileiros estão percorrendo, freqüentemente nos últimos meses, um caminho que vai da apreensão ao mais puro pessimismo, quando se trata de discutir as tendências da próxima Constituição. Eles gostariam de ver estabelecido no texto constitucional a mais ampla liberdade de ação ao capital, sem distinção de sua procedência, e para isso organizam seus lobbies no Congresso. Mas os constituintes, pressionados também por grupos que agem em sentido contrário, têm apresentado diversas emendas restritivas que estão preocupando os empresários.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, em discurso proferido na última quinta-feira no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou que "a nação fez, há muito tempo, a opção pelo sistema de economia capitalista". E assim, de acordo com ele, a próxima Constituição deveria adotar princípios baseados na liberdade de mercado, na propriedade privada dos meios de produção e na eliminação das distorções existentes ao tratamento do capital estrangeiro. Amato leu, no plenário, um documento intitulado *os dez mandamentos do empresário*, onde essas diretrizes estão explicitadas.

Esse documento, subscrito por lideranças empresariais das áreas industrial, comercial, bancária e de transportes, é a coluna vertebral da resistência de todos os empresários, nacionais e internacionais, ao avanço do estado na economia, as restrições à atuação do capital estrangeiro e as limitações à jornada de trabalho e demissões.



Mario Amato

Para o presidente do Sindicato Interstadual da Indústria de Máquinas (Sindimaq), Luís Carlos Delben Leite, as distorções que "estão surgindo na Constituinte são alarmantes". Preocupado com essa tendência, o corpo técnico do Sindimaq enviou, na última terça-feira, um telex de 42 metros de comprimento a 19 constituintes, pedindo a retirada de vários artigos, a modificação de outro tanto e a inclusão de alguns.

No telex, encontram-se sugestões para diminuir as restrições à atuação do capital estrangeiro, em geral, permitindo-se por exemplo sua participação nos setores de transporte marítimo, rodoviário e de carga aérea. No capítulo da destinação orçamentária, propõe-se a substituição dos parágrafos que destinam aos estados do Norte e Nordeste uma maior parcela na divisão do bolo, por outro que privilegie "as regiões mais carentes". Afinal, como a constituinte é feita para durar muitos anos, pode ser que no futuro os estados do Norte e Nordeste deixem de precisar destinação orçamentária especial. "Não se deve ser tão específico em um texto constitucional", adverte Delben Leite.

Também a "eternização" da Zona Franca de Manaus é criticada no documento do Sindimaq. A jornada de trabalho de oito horas diárias igualmente merece observações, pior segundo Delben Leite, "se ela se mantiver no texto, como está, a empresa terá que voltar ao esquema do trabalho, aos sábados, o dia todo, para poder cumprir as 48 horas semanais".

As críticas atingem não apenas questões pertinentes à atuação do capital, mas espalham-se também por outras, menores, aparentemente insignificantes, porém que "demonstram a vigência de privilégios inaceitáveis". A frase é do ex-diretor da Cacex, Benedito Moreira, atualmente ocupando a presidência da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

Intervenção e clientelismo continuam

— Se não temos o texto que queríamos, tampouco temos o texto que temíamos. Esta frase, do presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, resume o pensamento de boa parte do empresariado brasileiro. Para ele, se o texto do relator Bernardo Cabral deixa muito a desejar em relação a avanços desejados no campo econômico, não pode, por outro lado, ser classificado como uma peça radical, prejudicial ao processo de modernização do país.



Amaury Temporal

Amaury Temporal não esconde, de qualquer modo, sua frustração em relação ao resultado do trabalho dos constituintes. "Continuamos juntando capitalismo de estado, intervenção estatal e clientelismo com alguns episódios de economia de mercado", lamenta-se o empresário. Mas, apesar disso, ele não se mostra surpreso. "Tentamos conciliar o inconciliável", diz referindo-se aos dois partidos que dão sustentação ao governo (PMDB e PFL).

Na visão de Amaury Temporal e do grupo de empresários que o auxiliou no exame das questões da Constituinte desde meados de 1985, seria indispensável que a nova Carta observasse a necessidade de eficiência na atividade econômica. "Isso exige o uso eficaz dos fatores de produção, particularmente aqueles que pela sua escassez se constituem no gargalo da economia brasileira: capital e tecnologia", receita Temporal.

Botelho aponta "entulhos"

Promover um Brasil moderno é torná-lo um país liberal, com um mínimo de regras e um princípio básico expresso na Constituição: respeito à liberdade de todo o cidadão e ao regime da propriedade privada.

Assim, o empresário Ivan Muller Botelho, diretor-presidente do grupo Cataguazes-Leopoldina, refuta o modelo econômico proposto no anteprojeto de Constituição apresentado pelo relator Bernardo Cabral.

Perplexo Ivan Botelho não faz críticas ao que chama de "entulho" sem conhecimento de causa. Durante uma tarde ele esqueceu os negócios de seu grupo, trancou-se em um quarto de hotel em Brasília, e, anteprojeto na mão, marcou os pontos obscuros e comparou o documento com a Constituição em vigor.

Ivan Botelho antevê uma grande "confusão" na área fiscal. Além de acabar com os empréstimos compulsórios, o anteprojeto põe fim também das imposições únicas. "Já pensou?", indaga. "Como será o dia seguinte?". O *day after*, explica, é o automático fim da Eletrobrás, que sobrevive justamente com o arrecadado com o imposto único de energia elétrica e empréstimos compulsórios, e da Telesbrás, sustentada pelo imposto único sobre as telecomunicações.

De próprio punho, Ivan Botelho redigiu algumas emendas para o substitutivo do anteprojeto. O empresário sugere a supressão do artigo 290, incluído no capítulo que trata de Ciência e Tecnologia: Serão consideradas nacionais as empresas que, além de atenderem aos requisitos definidos no art 226, estiverem sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Restrição à tecnologia gera polêmica

O presidente da Confederação das Associações Comerciais sabe, todavia, que para desobstruir este gargalo é necessária uma postura receptiva à internacionalização da economia, perspectiva que não está contemplada no texto do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte.

Embora reconheça que o mais importante nesta Constituinte seja a atmosfera de discussão criada, Amaury Temporal não deixa de reconhecer que os políticos perdem uma grande oportunidade de formular uma política social mais justa, abrindo espaço para a realização de um pacto social. "É preciso lembrar que somente através da simultânea busca de uma base econômica sadia e de atendimento de nossas deficiências no campo social que teremos chance de sucesso", conclui Amaury Temporal.

Estrangeiros não querem a reserva

SÃO PAULO — As 30 indústrias de capital estrangeiro instaladas no Brasil na área de informática estão preocupadas e pessimistas com os rumos tomados pela Constituinte. Já cercadas pela reserva de mercado, que impede sua participação num número crescente de setores da economia, acreditam que o espírito festivo de reserva está sendo disseminado pelo texto constitucional — tornando o que era exceção temporária uma regra permanente da economia brasileira.

"O país não está verdadeiramente desenvolvendo tecnologia e ainda repele a que é desenvolvida no exterior", acusa o Executivo de uma das empresas. "Esta é uma receita para quem deseja ficar à margem do desenvolvimento internacional."

No ano passado, as empresas americanas fabricantes de computadores, periféricos, equipamentos de escritório e *software* dispenderam, em pesquisa, uma quantia superior a 10 bilhões de dólares. Muito pouco ou quase nada dos benefícios gerados por esse enorme investimento vão chegar ao Brasil.

A situação, prevêm as empresas, não vai melhorar se a nova Constituição mantiver intocado o espírito nacionalista que orienta o substitutivo do deputado Bernardo Cabral. Pelo contrário: em seu artigo 297, o texto restringe duramente o conceito de empresa nacional nos casos em que "a tecnologia seja fator determinante".

Paret quer discussão ampla

O anteprojeto do deputado Bernardo Cabral contém princípios gerais promissores sobre o modelo econômico do país, mas peca ao tentar viabilizar esses princípios. A advertência é do presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme), Benito Paret, para quem é necessário que a Constituinte se conscientize que determinados pontos exigem discussão mais ampla.

Para ser coerente com sua convicção de que a nova Constituição exige, principalmente, o exercício de síntese, Ivan Botelho admite até que do capítulo sobre Ciência e Tecnologia — composto por três artigos e dois parágrafos — sobreviva o artigo 288 ("O Estado promoverá o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica), com o parágrafo único que estabelece a preferência nas compras do poder público de produtos fabricados por empresas nacionais, priorizadas também na concessão de incentivos.

Para ser coerente com sua convicção de que a nova Constituição exige, principalmente, o exercício de síntese, Ivan Botelho admite até que do capítulo sobre Ciência e Tecnologia — composto por três artigos e dois parágrafos — sobreviva o artigo 288 ("O Estado promoverá o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica), com o parágrafo único que estabelece a preferência nas compras do poder público de produtos fabricados por empresas nacionais, priorizadas também na concessão de incentivos.

Patrimônio — O artigo 289 que define o mercado interno como um "patrimônio nacional" é, em sua opinião, mais uma das obviedades do anteprojeto. "Se o mercado interno não é patrimônio da nação, é patrimônio de quem?", pergunta.

Em relação à forte presença do Estado na economia, Ivan Botelho ficará satisfeito se for acatada sua sugestão de que o Estado é sempre supletivo à iniciativa privada.

Ivan Botelho diz ter encontrado no anteprojeto bobagens do tipo "competem à União combater a miséria" ou "impedir a evasão de obras de arte". O presidente do grupo Cataguazes-Leopoldina está convencido de que o brasileiro precisa aprender a ser liberal. Para ele, o Brasil é hoje o exemplo de retrocesso em todo o mundo, e está procurando se isolar ainda mais do mundo civilizado, piorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Paret quer discussão ampla

O anteprojeto do deputado Bernardo Cabral contém princípios gerais promissores sobre o modelo econômico do país, mas peca ao tentar viabilizar esses princípios. A advertência é do presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme), Benito Paret, para quem é necessário que a Constituinte se conscientize que determinados pontos exigem discussão mais ampla.

Para as microempresas e as de pequeno porte, o presidente da Flupeme argumenta que o anteprojeto representa "um avanço", uma vez que reconhece o princípio da desigualdade: "É uma blasfêmia dizer que todos são iguais perante a lei e este anteprojeto reconhece que o modelo econômico exige tratamentos diferenciados. Neste sentido, conseguimos que as pequenas e médias empresas fosse asseguradas este tratamento diferenciado, nos campos administrativos, tributário, previdenciário e creditício".

Dois artigos: 225, item IX, e 244 definem o tratamento favorecido para as micro e pequenas empresas e estabelecem a obrigação do Estado de estimular sua criação e a preservação. Além disso, o anteprojeto garante ao Estado o direito de coibir o abuso de poder econômico, entendido pela formação e proliferação de monopólios e oligopólios, o que, no entender de Benito Paret define bem seu papel regulador, assim como os limites de sua função produtiva. Isto para ele é positivo, uma vez que o Estado extrapola esta função na última década, em áreas não estratégicas. O anteprojeto exige que a criação de qualquer estatal seja aprovada pelo Congresso.

Dois artigos: 225, item IX, e 244 definem o tratamento favorecido para as micro e pequenas empresas e estabelecem a obrigação do Estado de estimular sua criação e a preservação. Além disso, o anteprojeto garante ao Estado o direito de coibir o abuso de poder econômico, entendido pela formação e proliferação de monopólios e oligopólios, o que, no entender de Benito Paret define bem seu papel regulador, assim como os limites de sua função produtiva. Isto para ele é positivo, uma vez que o Estado extrapola esta função na última década, em áreas não estratégicas. O anteprojeto exige que a criação de qualquer estatal seja aprovada pelo Congresso.

Paret quer discussão ampla

— Discuto a necessidade de o Estado investir em distribuição de petróleo, pois o estratégico é o controle e o refino. Outro exemplo são as inúmeras subsidiárias criadas pela Vale do Rio Doce. Nas décadas de 60 e 70 verificamos um alto desenvolvimento da tecnocracia — observa.

O fortalecimento do Tribunal de Contas da União é outro aspecto positivo do anteprojeto para Benito Paret. "O novo texto dá direito às pessoas jurídicas e entidades civis de questionarem as contas públicas. "O Tribunal de Contas sai fortalecido e pode, assim, interagir com a sociedade", diz.

Mas, se concorda em linhas gerais com o papel atribuído ao Estado na economia financeira, Paret critica o disposto sobre organização tributária e intermediação financeira, fruto, em seu entender, de discussões fechadas dentro do governo. "Parece que estamos assistindo a uma convenção de vendas e *marketing* de uma grande empresa preocupada em vender mais, ou seja, arrecadar mais, sem levar em conta o mercado, a sociedade".

Benito Paret afirma ser difícil concluir se a taxa será ou não alta. Entretanto, ele defende o debate sobre a administração do caixa do governo, para que a sociedade possa dizer até onde está disposta a contribuir.

O capítulo que trata do sistema financeiro "não diz nada", segundo Paret, lembrando que a intermediação pode apoiar a produção ou incentivar a especulação. O tratamento dado ao sistema financeiro é "pobre", em sua opinião.

— É impossível continuar rolando as dívidas sugando os recursos do país. A rolagem da dívida interna custa mais que as despesas de custeio da máquina pública. E quem define as taxas de juros? O próprio governo. Não existe exemplo no mundo civilizado em que a dívida pública seja instrumento de especulação.

Flávio Menezes lastima trabalho inútil

ma Agrária de considerar a função social da terra. Uma função social que exigiria o julgamento a priori das ações de desapropriações em varas especiais da Justiça Federal.

Caiu também por terra o resultado de votação feita na Comissão de Ordem Econômica, sobre texto do deputado Jorge Viana (PMDB-BA), aprovando por 39 votos a 16, o caráter social da questão da posse da terra e determinando que o processo de desapropriação deveria ocorrer após vistoria judicial prévia. Tal precaução visava assegurar, afirma, amplas garantias de defesa às partes, evitando a possibilidade de conflitos e pendências.

Ao condicionar o direito de propriedade à função social, o relator, na prática, para Menezes, garante razão imediata a quem não dispõe da posse formal da terra. Tanto que, de acordo com o substitutivo, fica também assegurado o processo de imissão imediata da posse, o que na prática confere ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o poder de desapropriar antes da Justiça decidir se a terra é ou não produtiva.

Além disso, a Justiça tem apenas 90 dias para dar o veredito e, mesmo que dê ganho de causa ao proprietário, este não recupera o direito de posse, recebendo apenas a indenização — fórmula, segundo o relator, destinada a evitar que os processos, como ocorre hoje, rolem durante anos seguidos nos tribunais.



Flávio Menezes

Flávio Menezes lastima trabalho inútil

SÃO PAULO — Por não levar em consideração as propostas aprovadas nas comissões temáticas, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), tornou inútil o trabalho realizado pelos representantes do setor agropecuário, provando mais uma vez que "a vontade das minorias à esquerda continua sobrepujando o pleito da maioria", reclama Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Integrante convicto do poderoso *lobby* do setor agropecuário instalado em Brasília, Menezes não se conforma de ver tamanho esforço praticamente jogado no lixo de uma só penada. Para ele, "é como se a Constituinte tivesse começado agora".

Entre o que qualifica de desvalerobros cometidos pelo relator, devido, segundo ele, a um "pacto feito com os relatores-adjuntos" — Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Nelson Jobim (PMDB-RJ), Wilson Martins (PMDB-MS) e Adolfo Oliveira (PL-RJ) —, o presidente da Sociedade Rural destaca a desapropriação da decisão da Subcomissão de Refor-

Flávio Menezes lastima trabalho inútil

ma Agrária de considerar a função social da terra. Uma função social que exigiria o julgamento a priori das ações de desapropriações em varas especiais da Justiça Federal.

Caiu também por terra o resultado de votação feita na Comissão de Ordem Econômica, sobre texto do deputado Jorge Viana (PMDB-BA), aprovando por 39 votos a 16, o caráter social da questão da posse da terra e determinando que o processo de desapropriação deveria ocorrer após vistoria judicial prévia. Tal precaução visava assegurar, afirma, amplas garantias de defesa às partes, evitando a possibilidade de conflitos e pendências.

Ao condicionar o direito de propriedade à função social, o relator, na prática, para Menezes, garante razão imediata a quem não dispõe da posse formal da terra. Tanto que, de acordo com o substitutivo, fica também assegurado o processo de imissão imediata da posse, o que na prática confere ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o poder de desapropriar antes da Justiça decidir se a terra é ou não produtiva.

Além disso, a Justiça tem apenas 90 dias para dar o veredito e, mesmo que dê ganho de causa ao proprietário, este não recupera o direito de posse, recebendo apenas a indenização — fórmula, segundo o relator, destinada a evitar que os processos, como ocorre hoje, rolem durante anos seguidos nos tribunais.

— É impossível continuar rolando as dívidas sugando os recursos do país. A rolagem da dívida interna custa mais que as despesas de custeio da máquina pública. E quem define as taxas de juros? O próprio governo. Não existe exemplo no mundo civilizado em que a dívida pública seja instrumento de especulação.

Flávio Menezes lastima trabalho inútil

A esperança de Flávio Menezes está na nova fase de votação da Comissão de Sistematização, marcada para o final de setembro, bem como nas decisões do plenário a serem aprovadas em outubro e novembro.

Enquanto permanece o impasse provocado pelo regime interno, "imposto pela esquerda à maioria Constituinte", reitera ele, os grandes investimentos agrícolas encontram-se totalmente paralisados. Essa estagnação não afetará a safra 87/88, cujo plantio em breve será iniciado; porém, como se trata de aplicações de longo prazo — em melhoria do solo e compra de equipamentos, por exemplo —, os plantios futuros poderão ser comprometidos, alerta ele, por falta de aperfeiçoamento da infra-estrutura existente e abertura de novas fronteiras agrícolas.

Não será, porém, por causa de tais entraves que a Frente Ampla da Agricultura Brasileira, integrada pela Sociedade Rural e centenas de outras entidades em todo país, deixará de influir na Constituinte. Aliada à Frente Parlamentar Agrícola — da qual fazem parte, entre outros, os deputados Armando Prata (PMDB-MG), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Vitor Fontana (PFL-SC) —, a organização promete levar adiante a sua luta, "para evitar que decisões irracionais comprometam o futuro da agropecuária brasileira", avisa Menezes.